INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ

- ICESPI

MANOEL VIEIRA FILHO

O CONCEITO DE GOVERNO CIVIL NO SEGUNDO TRATADO SOBRE O GOVERNO DE JOHN LOCKE

TERESINA

2014

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ

- ICESPI

MANOEL VIEIRA FILHO

O CONCEITO DE GOVERNO CIVIL NO SEGUNDO TRATADO SOBRE O GOVERNO DE JOHN LOCKE

Monografia apresentada como pré-requisito de conclusão do curso de Filosofia (TCC), do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí, orientada pelo Prof. Ms. Dr. Pe. . Wellistony Carvalho Viana.

Cód. 5865
100
V657c
Ex.02

TERESINA

2014

ICESPI - Biblioteca
12149 16/10/19

MANOEL VIEIRA FILHO

O CONCEITO DE GOVERNO CIVIL NO SEGUNDO TRATADO SOBRE O GOVERNO DE JOHN LOCKE

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Pe. Wellistony Carvalho Viana.
(Orientador)

_____

Prof. Dr. Gerson Albuquerque de Araujo Neto
(Leitor 1)

_____

Prof. Ms. José Iran Nobre de Sena
(Leitor 2)

Aprovado em: _____/_____/_____

Conceito:_____

Ao final deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tenho a grande satisfação de poder dedica-lo à todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram na minha formação, em especial, à minha família e a todos que confiaram na minha capacidade.

Num momento tão especial de minha vida acadêmica, momento de poder contar com as minhas primeiras produções de nível superior, quero agradecer a Deus pela vida;

à minha família, que sempre me apoiou;

à minha Diocese;

ao rev.mo Pe. José Claudio Moreno;

à Casa da Filosofia;

os meus amigos;

ao meu orientador Prof. Ms. Dr. Pe. Wellistony.

RESUMO

VIEIRA FILHO, Manoel. ***O conceito de governo civil no Segundo tratado sobre o governo de John Locke***. Teresina, 2014. 37. f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Filosofia) – Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o Conceito de Governo Civil apresentado no *Segundo tratado sobre o governo civil* (1690) do filósofo inglês John Locke (1632-1704). Locke é considerado o fundador da teoria do conhecimento, e pai do empirismo. Na obra *Ensaio sobre o entendimento humano* (1690) expôs suas ideias referentes à capacidade que o homem tem de conhecer e de não conhecer. Uma série de argumentos apresentados nesta última obra, fundamentos do conhecimento a partir da experiência, vai contribuir para sua teoria política. Na obra *Segundo tratado sobre o governo civil,* Locke pôde de fato, tornar-se um grande contribuinte às ideias políticas de sua época e às de toda a história. Para ele, a humanidade passou por três estágios políticos: o primeiro deles é o que muitos chamam de Estado de natureza, neste, a humanidade está ainda numa pré-sociedade. O segundo estágio é o da sociedade propriamente dita; neste já é possível observar alguns traços que vão caracterizar o governo, como a abdicação da liberdade em favor de outrem. Um terceiro e ultimo estágio é o do governo; neste último, há uma participação total dos indivíduos em favor do bem comum da comunidade ao tomar parte nas decisões do governo. O conceito de governo segundo suas obras é aqui considerado como governo feito pelas pessoas e para as pessoas. Este é o governo da democracia.

Palavras-Chave: Sociedade. Estado. Governo Civil.

ABSTRACT

VIEIRA FILHO, Manoel. **The concept of civil government in the Second Treatise on Government John Locke**. Teresina, 2014. 37. f. Work of Course Completion (Bachelor of Philosophy) - Catholic Institute of Higher Studies of Piaui.

This paper aims to present the concept presented in the Civil Government Second Treatise on Civil Government (1690) the English philosopher John Locke (1632-1704). Locke is considered the founder of the theory of knowledge, and the father of empiricism. In the work Essay Concerning Human Understanding (1690) expounded his ideas concerning the ability that man has of knowing and not knowing. A series of arguments presented in this last work, foundations of knowledge from experience, will contribute to his political theory. In the work Second Treatise on Civil Government, Locke could indeed become a major contributor to the political ideas of his time and of all history. For him, humanity has gone through three stages politicians: the first one is what many call the state of nature, in this, humanity is still in pre-society. The second stage is the society itself, in which it is possible to observe some features that will characterize the government, as the abdication in favor of the freedom of others. A third and final stage is the government, in the latter, there is a total participation of individuals in favor of the common good of the community to take part in government decisions. The concept of government according to their works considered here is government by the people and for the people. This is the government of democracy.

Key-words: Society. State. Civil Government.

SUMÁRIO

SIGLAS E ABREVIATURA 08

INTRODUÇÃO 09

CAPITULO I - JOHN LOCKE: COMENTÁRIOS SOBRE SEU PENSAMENTO 11

1.1. A Filosofia 11

1.2. Teoria do Conhecimento 15

CAPITULO II - JOHN LOCKE: A FILOSOFIA POLÍTICA 18

2.1. A Política 18

2. 1.1. O Jusnaturalismo de Locke 20

2.1.2. O Estado de Natureza: contraposição com Hobbes 22

2.1.3. O Contrato social 25

CAPITULO III - O CONCEITO DE GOVERNO CIVIL SEGUNDO JOHN LOCK 27

3.1. A sociedade Civil 27

3.2. O Conceito de Governo Civil 30

CONCLUSÃO 34

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA 36

SIGLAS E ABREVIATURAS

2T – Segundo Tratado sobre o Governo Civil (1690)

Ensaios: Ensaio sobre o Entendimento Humano (1690)

INTRODUÇÃO

O conceito de governo que é apresentado no segundo dos *Dois tratados* de John Locke tem despertado o interesse de muitos estudantes, em especial nas áreas da filosofia política. Aprofundar o assunto nunca é demasiado, uma vez que tudo aquilo que se conclui de uma determinada obra jamais esgota o que de fato o autor pensava e queria dizer. Outro fator que caracteriza este desafio é o fato de destacarmos os pontos de sua filosofia política que ainda marcam nossa sociedade.

O conceito de governo tem envolvido ultimamente uma das maiores discussões no âmbito da filosofia política e, um dos fatores que levou a tal discussão foi a sua significação no decorrer da história. Por isso o presente trabalho vai apresentar de forma sistemática algumas ideias do autor que poderão auxiliar na nossa compreensão. Para a presente ilustração achamos por bem dividir nosso trabalho em três capítulos.

O Primeiro Capítulo irá abordar a teoria do conhecimento de John Locke. Como filósofo da modernidade Locke vai afirmar que o homem é possível do conhecimento, e buscará entender que tipo de conhecimento o homem é capaz. Ora, se é possível, de que forma os homens o adquiriu? A resposta a estes questionamentos, para o filósofo é simples: tudo o que o homem é possível de conhecer provém da experiência. Muitos filósofos tentaram responder sobre tal questionamento, mas foi com Locke que se estabeleceu de fato, na história da filosofia uma sistematização dos estudos acerca do conhecimento. A obra fundamental dessa tese é o *Ensaio acerca do entendimento Humano* (1690).

O Segundo Capítulo entrará no campo propriamente político, e sua pesquisa se centrará mais na obra *Segundo tratado sobre o governo civil* (1690), tentando trazer presente algumas ideias que fazem parte dos argumentos utilizados para falar dos princípios práticos de sua tese, como a moral, a ética e a política. Neste mesmo capítulo serão abordados alguns argumentos sobre os direitos naturais. Os direitos são naturais porque são inerentes à condição humana. Todo direito à vida, à liberdade e a qualquer posse de bens úteis à vida, é o que chamamos direitos humanos naturais. Os direitos naturais ao homem postulado por Locke não se confunde com o direito natural dos animais. Os animais não têm liberdade. Só o homem é que tem razão suficiente para reconhecer tais direitos. Os direitos são universais e inatos a cada indivíduo.

Sobre o estado de natureza será apresentada uma breve contraposição da concepção lockeana com a concepção hobbesiana, do *Leviatã* (1651). Todo estado civil encontrado atualmente, em qualquer sociedade, é segundo o que postulara Locke, passagem de um estado natural a uma sociedade civil e política. Os poderes políticos, presentes em cada individuo no Estado, é um legado que se foi adquirindo paulatinamente. Do estado natural, passível de conflitos causados pela desobediência à lei natural, surgiu a necessidade do contrato social; este será objeto de abordagem no final deste segundo capítulo. O *contrato social* já pode ser localizado no segundo estágio da humanidade, no decorrer da história política. É neste estágio que os homens se unem com o objetivo de promover toda a comunidade a partir do assentimento tácito. Neste assentimento, ou acordo comum, é que vai ser instituída a sociedade civil. Mas o povo que realiza o contrato não pode se tornar objeto da sociedade, uma vez que toda a pessoa é anterior a qualquer espécie de sociedade organizada. O contrato vai fazer com que o homem possa ter seus direitos garantidos, e além destes direitos o homem pode reivindicar outros direitos que só na comunidade civil ele é capaz, como por exemplo, o direito de revolução.

O terceiro e último capítulo irá falar da sociedade e do conceito de governo civil. Para Locke a sociedade civil não se compara com aquela de Hobbes que se apresenta como um refúgio dos homens por causa dos imprevistos causados por outrem dentro do mesmo estado. Se o homem possui algo benéfico além da vida, da liberdade e seus bens materiais úteis à vida, é a sociedade.

Para Locke se for preciso demonstrar que tal sociedade não é um lugar de refúgio, pode-se compará-la às sociedades conjugais. Nelas um homem e uma mulher se unem livremente para criar seus filhos e manter a prole. Assim também deve ser a sociedade civil. O que de fato modifica na vida das pessoas, estando na sociedade civil, é o poder de elaborar leis, deixando a cargo do governante, executá-lo. Neste sentido governo para Locke tem o conceito distinto do que anunciava Hobbes, por exemplo. Para este o governo deve ser soberano e governar com mãos de ferro. Para Locke o governo está mais comparado a um servo do que a um soberano. Afinal quem dita as exigências da lei é a sociedade civil. O governo democrático deve atender a vontade da maioria. Embora aquilo que a maioria deseja nem sempre constitui a melhor escolha, fica possível uma harmonia vital em poder contar com opiniões do público. A vontade do povo será a base da autoridade do governo.

CAPÍTULO I:

JOHN LOCKE: COMENTÁRIOS SOBRE SEU PENSAMENTO

O filósofo inglês John Locke nasceu no dia 29 de agosto em *Somerset*, *Wrington* no ano de 1632. Filósofo só a partir dos 30 anos de idade. Mas sua fama se deu somente na década de 1660 onde manteve contato com o primeiro conde de *Shaftesbury*, Lord Ashley. Viveu 72 anos e morreu em *Oates*, *Essex* (DUNN, 2003, p. 15).

Locke nos deixou como legado uma vasta obra filosófica. Desta se destacam o *Ensaio sobre o Entendimento Humano* (1690) e os *Dois tratados sobre o Governo Civil* (1690). Na obra os *Ensaios* de 1690, Locke apresenta sua teoria do conhecimento, pretendendo afirmar que o conhecimento não é *inato,* é *adquirido* através das experiências sensíveis e da reflexão.

1.3. A Filosofia.

Nos *dois tratados* Locke ataca as pretensões do poder monárquico *absoluto*, visando principalmente, "afirmar um direito de resistência à autoridade injusta; um direito, em última instancia, de revolução" (DUNN, 2003, p. 45). Para uma compreensão geral da obra lockeana estas são as de maior importância. Os *Ensaios* contribuíram para a teoria do conhecimento moderno; já os *Dois tratados,* para a teoria das ideias políticas, naquele mesmo período. A obra *Ensaios* é o lugar fundamental no qual John Locke explora suas ideias no campo da epistemologia. Procurou mostrar como os homens podem usar suas mentes para conhecer o que precisam conhecer. É basicamente o livro da teoria moderna do conhecimento.

Como o objetivo aqui no início deste trabalho é apresentar as ideias de Locke a respeito do conhecimento, pode-se dizer que sua filosofia tenta, talvez, contrapor as ideias do filósofo francês René Descartes (1596-1650), seguidor da corrente *inatista*. A instância fundamental da filosofia lockeana é a experiência. Ele constrói toda sua filosofia baseada na ideia de que o conhecimento verdadeiro surge primeiramente na experiência, enquanto a razão humana (*tabula rasa*) se comporta como observadora.

O empirismo de Locke tenta combater o *inatismo cartesiano*. O inatismo consiste em afirmar que os *princípios* e as *ideias* são inatos, *a priori* no indivíduo. A esse tipo de argumento Locke (*Ensaio,* 1983, I) conclui dizendo que "não há princípios inatos na mente". Essas ideias inatas são de fato, um ideário virtual do que fecunda a mente quando esta ainda está em processo de formação, ou seja, concomitantemente: mente e ideias juntas no processo de gestação, e estas ideias estarão impregnadas na mente desde o nascer, para toda a vida. E assim, ambas tendem a existir simultaneamente. Comentando o filosofo, Châtelet (1995, p. 172) afirma que "para Locke, postular tal inatismo no ponto de partida de uma análise do conhecimento é destruir antecipadamente qualquer compreensão das correlações reais entre nossas ideias, na medida em que delas somos diretamente conscientes".

É interessante notar que as concepções de Descartes influenciaram Locke. Embora o tenham influenciado, por outro lado, o influenciaram na busca fundamental da epistemologia, que queria saber "exatamente de que conhecimento o homem 'era capaz'" (DUNN, 2003, p. 22). Para tal, Locke lança mão a seu trabalho com a pretensão de mostrar que os homens têm sim capacidade, segundo ele, a única inata; de conhecer através dos sentidos sem recorrer a certos *princípios inatos* estampados na mente como assim queriam os inatistas. E diz:

> Seria suficiente para convencer os leitores sem preconceito da falsidade desta hipótese se pudesse apenas mostrar [...] como os homens, simplesmente pelo uso de suas faculdades naturais, podem adquirir todo conhecimento que possuem sem a ajuda de quaisquer impressões inatas e podem alcançar a certeza sem quaisquer destas noções ou princípios inatos (*Ensaio,* 1983, I, I, 1).

Embora o nosso filósofo tenha deixado como que, pode-se dizer uma espécie de lacuna em parte de suas argumentações iniciais, pois é percebida a ausência de uma elaboração mais profunda com relação à faculdade da unificação, isto é, o conjunto das sensações, no Capítulo Terceiro do Livro Primeiro do *Ensaio,* sobre os princípios e as ideias ele conjetura afirmando que certas ideias na mente não são inatas, mas percebidas. Logo que é percebida descarta qualquer possibilidade de ser inata, pois é a partir de sua percepção que tais ideias ou tais princípios passarão a existir na mente. Para ele estas não são inatas. Se os indivíduos nasceram providos de tais ideias, ficaram de tal forma, inatingíveis a elas, que passariam toda a sua vida ignorantes com relação a elas (*Ensaio,* 1983 I, I, 5). É o que diz a respeito de tal ideia, dando como exemplo a ideia de *substância*:

> Através dos meios pelos quais as ideias são trazidas para as nossas mentes, não temos de modo algum esta *ideia clara*; portanto, nada significa a palavra *substancia*, a não ser uma proposição incerta daquilo que não sabemos o que, isto é, de algo a

> cerca do qual não temos nenhuma idéia positiva particular e distinta, que julgamos ser o *substratum*, ou suporte, destas ideias que conhecemos (*Ensaio,* 1983, I, III, 10).

E nada que está na mente não pode haver sido percebido antes pelos sentidos, isto é, recordada pelos sentidos. Sem muito querer se estender, recorrer às fontes é sempre a melhor forma de apresentar o pensamento do autor. Que assim afirma:

> Cabe-me acrescentar: se houvesse quaisquer ideias inatas, quaisquer ideias na mente a respeito das quais a mente não pensa atualmente, devem estar situadas na memória, da qual devem ser trazidas à observação pela recordação, isto é, devem ser reconhecidas, quando são recordadas, como tendo antes sido percebidas na mente, a menos que a recordação possa existir sem a recordação, e desde que recordar é perceber alguma coisa na memória, ou ter a consciência de que isto era antes conhecido ou percebido (*Ensaio,* 1983, I, III, 21).

John Locke em seu *Ensaio* de 1690 pretendia refutar as ideias do inatismo cartesiano apresentando a teoria da *tabula rasa*. As ideias são postas na mente dos indivíduos a partir das experiências do dia-a-dia. Jamais uma ideia que não provenha da experiência pode ser conhecida pela *razão humana*, como assim o pretendia. Assim se constitui o empirismo. Como já foi segurado até aqui, a instância na qual o indivíduo abstrai a idéia é a experiência, não são inatas como sustentavam os racionalistas. Disso afirmava Bittar (2008, p. 178): "é... no que tange à teoria do conhecimento, um autor *anticartesiano*".

A esta posição Locke se aproxima muito daquilo que falava Aristóteles. Para ele não há nada na mente que não tenha passado antes pelos sentidos (*Metafísica,* 1984, I, I). E nisso, parece que o filosofo se aproxima daquilo que postulou o estagirita. De fato Locke pode ser considerado, por alguns autores, um Aristóteles moderno (HELFERICH, 2006, p. 183). Locke se distingue daqueles que segundo ele são os dogmáticos da razão. Segue uma linhagem mais possível de se explicar os elementos nos quais constituem o conhecimento. Châtelet dirá que para Locke não é a razão em si mesma que elabora as noções das coisas, pois esta é comparada a uma *tabula rasa* ou papel em branco; "é o *espírito* do homem quem elabora tais noções, mesmo as mais abstratas, segundo os dados fornecidos pela sua experiência sensível" (1995, p.172).

Locke está assegurado de suas convicções que as ideias, possíveis de conhecimento, provêm das sensações. Sua teoria quer mostrar que as ideias são produtos da reflexão do espírito. Estas são diretamente fornecidas a ele através da experiência sensível são, portanto, "tudo o que é objeto do entendimento quando um homem pensa" (Locke, [*Ensaio*] Introdução, 8). O tema que mais atrai em seu trabalho é a análise das modificações das ideias

no espírito enquanto relação de umas com as outras. As sensações, bem como a reflexão são as duas fontes das quais provêm as ideias. O texto a seguir tenta abordar o que o próprio Locke afirma a respeito da acepção das ideias na mente: "Suponhamos, pois que a mente é, como dissemos, um papel branco, desprovida de todos os caracteres, sem quaisquer ideias" (*Ensaio,* 1983, II, I, 2).

Mas o problema do conhecimento vai além; e o filósofo não hesita em questionar de como a mente será suprida, ou de onde lhe provém este extenso acervo, que a aciona e que a ilusão imensa do homem *pintou* nela com uma variedade quase infinita? De onde apreende todas as matérias [isto é, as sensações] da razão e do conhecimento? Mais adiante ele vai responder que é da experiência (*Ensaio,* 1983 II, I, 2):

> Todo nosso conhecimento está nela fundado, e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento. Empregada tanto nos objetos sensíveis externos como nas operações internas de nossas mentes, que são por nós mesmos percebidas e refletidas, nossa observação supre nossos entendimentos com todos os materiais do pensamento. Dessas duas fontes de conhecimento jorram todas as nossas ideias, ou as que possivelmente teremos.

É, pois, a sensação uma das faculdades na qual a consciência em nós desde crianças (PECORARO, 2008, p. 275), nos permite apreender as impressões provindas do exterior; e a reflexão é "apenas quando a mente reflete acerca de suas próprias operações" (*Ensaio,* 1983, II, I, 4). A ideia de "percepção, o pensamento, o duvidar, o crer, o raciocinar, o querer e todos os outros diferentes atos de nossas próprias mentes [*não provém das coisas externas*]" (*Ensaio,* 1983, II, I, 4). Locke distingue as idéias de sensação em dois tipos: as *ideias de sensação simples* como o cheiro, o gosto, as coisas palpáveis e os sons. Por outro lado, vemos uma mesma coisa, como por exemplo, uma manga que apresenta cheiro sabor etc. então tem-se uma *ideia complexa.* Portanto, o cheiro é uma ideia simples, ao passo que a manga é todo um complexo de ideias. Para que a nossa mente apreenda estas ideias é necessário que algo aconteça. Ou seja, é necessário um reprocessamento da mente. A isso, Locke chama de reflexão, como já postulado anteriormente. E assim introduz Locke a sua teoria em relação ao conhecimento.

1.1. Teoria do Conhecimento

Tendo Locke apresentado como é possível conhecer, sua preocupação se volta agora, em saber se o conhecimento do mundo é possível. Pois será que o mundo é como o percebemos, verdadeiramente? Embora convicto de sua teoria, isso não é absolutamente evidente. Pois não podemos estar certos daquilo vemos, ouvimos etc. Para uma possível compreensão do mundo Locke estabelece a distinção entre os tipos de qualidades (DUNN, 2003, p. 101). Existem as *qualidades primárias,* que são aquelas propriedades como movimento, forma, número, peso e extensão, incluídos nestes 'tipos' de qualidades sensoriais. São de fato, qualidades que a observação cotidiana apreende. "Aquelas que impressionam nossos sentidos, estão nas próprias coisas, tão unidas e misturadas que não há separação, nenhuma distância entre elas [...], produzidas na mente, entram pelos sentidos, simples e sem mistura" (*Ensaio,* 1983, II, II, 1). Assim, o apreendido não se diferencia de forma alguma do experimentado. Pois a mente reproduz as verdadeiras propriedades das coisas, tal qual são elas.

Por outro lado estão as *qualidades sensoriais secundárias*. Ambas são características percebidas nas coisas; estas *sensações* estão em todos os indivíduos, mas não de forma igual. Pode variar de animal para animal, de pessoa para pessoa. São sensações que reproduzem apenas efeitos produzidos sobre os sentidos humanos. Entre essas sensações ou impressões está o gosto, o som, a cor. Fato real é quando se diz que algo é doce ou azedo, azul ou branco, quente ou frio. Sensações na mente, distintas do que as coisas são realmente:

> Embora, a visão e o tato recebam do mesmo objeto, com freqüência e ao mesmo tempo, idéias diferentes, fazendo com que um homem perceba o movimento e a cor, a mão sinta a maciez e calor no mesmo pedaço de cera; apesar disso, as ideias simples unidas num mesmo objeto são perfeitamente distinguíveis como as que entram pelos diferentes sentidos [...] nada pode ser mais evidente a um homem do que a percepção clara e distinta dessas idéias simples, de tal modo que, sendo cada uma delas sem mistura, nada contém em si exceto uma *aparência ou concepção uniforme na mente*, que não pode ser distinguível em ideias diferentes (*Ensaio,* 1983, II, II, 1).

No Capítulo Terceiro do Livro IV, Locke vai distinguir os graus que o conhecimento possui. É uma forma de mostrar que o conhecimento está sujeito a "diferentes meios de percepção que a mente tem do acordo ou do desacordo de quaisquer de suas ideias" (*Ensaio,*

1983, IV, III, 1). Eis, a seguir, os graus do conhecimento, que se dá *paulatinamente* (BITTAR, 2008, p 179). O primeiro grau é o da *intuição*. Este se realiza mediante o desacordo entre duas ideias, e que não depende de uma terceira, como afirma o autor: "Se refletirmos acerca de nossos meios de pensar, descobriremos que às vezes a mente percebe o acordo ou desacordo de duas ideias *imediatamente por elas mesmas,* sem a intervenção de qualquer outra" (*Ensaio,* 1983, IV, II, 1). Um segundo grau do conhecimento para Locke é o *demonstrativo*. Neste grau a mente percebe, mas não de forma imediata, como no primeiro grau. Assim, ele a define. Ela apreende o "acordo e o desacordo de quaisquer idéias, mas não imediatamente. [...] A descobrir o acordo e o desacordo que busca [*mediatamente*], é a isto que denominamos *raciocínio*" (*Ensaio,* 1983, IV, II, 2). Outro grau é o da *prova.*

O conhecimento depende de *provas*, estas provas servem para "mostrar o acordo de quaisquer outras duas [...]; e, onde o acordo e o desacordo é por este meio evidente e claramente percebido, isto é denominado *demonstração*, sendo *mostrado* pelo entendimento, e a mente capaz do que uma visão transitória para ver que isto é assim" (*Ensaio,* 1983, IV, II, 3). E, pode-se concluir esta discussão apresentando a afirmação do filósofo que diz que são a *intuição* e a *demonstração* os graus do conhecimento, como o que foi apresentado. E assegura:

> Estas duas, a saber, a intuição e a demonstração, são os graus de nosso conhecimento; seja o que for que não corresponder a um desses, por mais que seja dotado de segurança, é apenas *fé* ou *opinião*, mas, não conhecimento, ao menos em todas as verdades gerais (*Ensaio,* 1983, IV, II, 14).

Para Locke, a razão é capaz de perceber através de mais de um sentido (o tato e a visão, por exemplo) a ideia de *extensão, figura, repouso e movimento.* Com relação a isso Locke se aproxima do pensamento racionalista de Descartes. Pois para este a realidade possui certas peculiaridades que são captadas pelo homem através da razão. Mas, mesmo assim o filósofo assegura de modo geral que é somente através da *percepção* que o homem é capaz de conhecimento. Porque "são impressões perceptíveis tanto pelos olhos como pelo tato" (*Ensaio,* 1983, II, V). Os conceitos como *Substancia, Deus,* são considerados por Locke noções confusas e vazias. Ou seja, só pode haver algo pensado na mente que esteja relacionado aos fatos exteriores à mente. Caso contrário, é falso.

Ao falar em *Deus*, em *substância,* a razão do homem nada mais faz senão permanecer aprisionada a um ponto estático. O conhecimento não é acrescido com relação, mesmo aos tratados filosóficos sobre tais conceitos. O que propõem Locke é abolir do

conhecimento qualquer vacuidade tentando encontrar algo fundamentável, que seja útil às ciências modernas. Assim é a nova ciência epistemológica apresentada pelo filósofo.

É partindo então desse empirismo que Locke estabelece sua metafísica e sua teoria política. É, pois da intuição que certas diretrizes éticas são válidas para todos os homens. Locke acredita no *pensamento do direito natural*; propõe a divisão do Estado em três instituições legitimas: o Legislativo, o Judiciário e o Executivo. No executivo estão o Governo e os governantes que têm seus poderes e deveres estabelecidos pela tradição, através da autoridade do povo. Sua máxima na filosofia política é a de expressar o pensamento liberal, a liberdade de opinião e a tolerância. De sua Política trataremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2:

JOHN LOCKE: A FILOSOFIA POLÍTICA

Da preocupação abordada em capítulos anteriores do nosso filósofo conforme ao conhecimento empírico derivam várias reflexões referentes à linguagem, à organização das relações humanas e, dentre outras à formação das sociedades etc. Aqui faz-se mister deixar claro que para o filósofo não há princípios inatos na mente e, se tratando de questões políticas inclusive dos princípios práticos, vai dizer que "não há princípios práticos inatos" (*Ensaio*, 1983 I, II). Pode-se atribuir a tal pretensão o fato de não haver princípios práticos inatos (como a moral), todo e qualquer princípio prático deve receber esta mesma consideração, principalmente o princípio no qual se baseia a política.

2.1. A Política.

O pensamento de Locke é apoiado por duas bases, a saber, a filosofia política e a teoria do conhecimento (esta última discutida no capítulo anterior). A questão política tenta responder de que forma os homens *tentam* viver; na segunda o problema quer responder como os homens *podem* conhecer. Mas segundo John Dunn (2003, p. 66), um dos maiores críticos da filosofia e da política de Locke, diz que nos "*Dois tratados,* contudo, ele pôde tranquilamente ignorar a questão de como os homens poderiam conhecer o conteúdo da lei da natureza". E acrescentava: "o que importava, simplesmente era seu dever e a capacidade de observá-la e, como agentes livres, sua capacidade de decidir descumpri-la" (DUNN, 2003, p. 66). Mas ainda com tudo isso posto às claras, segue-se o problema de conciliar as duas viés de pensamento anunciada anteriormente. Encontramos uma longa passagem da obra intitulada *Os filósofos clássicos da filosofia* de Rossano Pecoraro que apresenta esta discussão entre os intérpretes do filósofo a respeito do assunto. Ambas as interpretações deixam lacunas entre as duas partes porque cada uma leva em conta um aspecto da obra lida.

Para alguns intérpretes clássicos do filosofo inglês, há vigas que unem essas colunas e que, por isso, elas se integram e se relacionam, tendo uma forte coerência interna.

UFPI Biblioteca
13429 16/10/19

> Para outros, essas colunas se sustentam por si só e, por conseguinte não há necessidades de canais de comunicação ou de sustentabilidade entre elas. [...] Contudo, para além dessa diversidade interpretativa, todas elas, de um modo ou de outro, estão ligadas a termos comuns, tais como a lei natural, e propriedade, a experiência, o individualismo, a religião. Em que elas se afastam? Justamente na relação entre o pensamento político e sua epistemologia (2008, p. 267).

Dentre as várias interpretações, corroborando com John Dunn, conclui Pecoraro em seu livro que: "Graças a evidencia, fruto do conhecimento, é que o homem pode consentir ou não sua participação na política, que é a fonte da legitimidade. Assim, é nesse aspecto que o indivíduo é tanto senhor do conhecimento quanto de acordos políticos" (2008, p. 267). Neste sentido, abordaremos o assunto sobre política na crença de que ela seja fruto da obra *Ensaios.*

O termo Política, já vem evidenciado no *Ensaio sobre o entendimento humano.* Neste, Locke usa o termo *conformidade ao contrato* para designar qualquer assentimento em relação aos princípios práticos. Sendo assim, quando se tratando de qualquer princípio prático, assim como a *justiça,* está se tratando de um acordo: "A *justiça* e a conformidade ao contrato consistem em algo com que a maioria parece concordar" (*Ensaio,* 1983, I, II, 2). De fato, tais princípios não são dados à razão de forma imediata, preestabelecida, inverificável. Assim, afirma Eduardo Bittar em seu livro *Filosofia Política*: Locke não acredita serem os princípios morais nem inatos, nem universais, nem indemonstráveis. Pelo contrário, faz de toda e qualquer moral algo relativo, sujeito à prova e passível de diversidade de opiniões quanto ao que é melhor e o mais virtuoso (2008, p. 180).

E assim são os princípios práticos, compreendidos pelos homens não como um princípio inato, mas um princípio entendido e praticado como "leis de conveniência dentro de suas próprias comunidades" (*Ensaio,* 1983, I, II, 2). E, portanto, o que a maioria dos homens concorda, deixa bem claro, que não é um *assentimento geral*, mas é de acordo com a opinião, e, o que é útil conforme a necessidade de cada um. E assim, os princípios práticos são para Locke uma conformidade, algo relativo; ação do indivíduo movida pelos fatores exteriores.

2. 1. 1. *O Jusnaturalismo de Locke.*

Existem direitos que são inerentes à condição humana. São os direitos naturais, aqueles os quais todo ser humano adquire já ao nascer, são inatos. A filosofia política, como a filosofia do direito considera a esta a corrente do *Jusnaturalismo*. Jusnaturalismo ou direito natural como assim denominam, é a compreensão de que o homem nasce com direitos à *vida*, à *liberdade* e à posse de bens ou à *propriedade* dentro daquilo que Deus olhe concedeu gratuitamente, a Terra.

Esta é uma corrente iluminista, e que na filosofia moderna essa concepção tem relevância com o filósofo inglês John Locke. Em sua obra *Segundo tratado sobre o governo* (1690) ele aborda de forma clara a situação segundo a qual os homens se encontram em um estado de natureza. Neste estado todos os homens nascem livres, com direitos à vida à liberdade e à posse de uma propriedade que possa produzir o seu sustento e de sua família.

É talvez um dos argumentos que diretamente contribuiu para uma definição universal dos direitos humanos. No capítulo segundo da obra, John Locke diz que os homens, já num estado natural, isto é, anterior a qualquer direito estipulado por uma comunidade política possuem as mesmas faculdades, possuem direito de igualdade e, direito à liberdade. Pois ninguém jamais se subordinará a outrem senão mediante vontade própria, ou consentimento. A isto pode-se resumir que o Jusnaturalismo postula os direitos de que qualquer indivíduo nasce dotado de razão e, tem direito à igualdade e à liberdade (*2T,* 1983, II, 4).

Segundo Yolton em *Dicionário Locke,* diz que Locke não possui uma obra específica sobre o tema do direito, parte deste trabalho lhe é atribuída a partir de comentadores de suas obras:

> Comentadores que tentaram reconstruir uma teoria de direitos a partir dos escritos de Locke fizeram-no tomando nota de frases e de comentários sobre direitos, principalmente em *Dois tratados*, que podem ser identificados com uma outra teoria anterior de tais autores como Suarez, Grotius, Punfedorf, Selden e Cumberland (ver James Tully, *A Discourse on Poperty,* 1980, Parte II; Ricahrd Tuck, *Natural Rights Theories,* 1979). Boa parte dessas discussões de direitos está relacionada com propriedade, a lei da natureza, justiça, dever e obrigação (1996, p. 81).

Sobre o direito de propriedade, no *Segundo tratado* Locke afirma que Deus deu aos homens a Terra de forma livre, isto é, sem qualquer espécie de acordo recíproco. "Concedeu-se a terra e tudo quanto ela contém ao homem para sustento e conforto de existência" (*2T,* 1983, V, 26). O argumento a seguir faz claro o direito de propriedade:

> Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos, pode dizer-se, são propriamente dele (*2T,* 1983, V, 27).

Como ocorre que o homem chegue à posse de tais direitos? Locke (*2T,* 1983, V, 27) afirma:

> Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele. Retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, anexou-lhe por esse trabalho algo que o exclui do direito comum de outros homens.

É então o direito da propriedade, um direito privado sobre o público, como afirma Norberto Bobbio no seu livro *Estado, governo, sociedade* (2001, p. 23-24):

> Com Locke a propriedade converte-se num verdadeiro direito natural, pois nasce do esforço pessoal no estado de natureza antes da constituição do poder político, e como tal deve ter seu livre exercício garantido pela lei do Estado (que é a lei do povo). Através de Locke a inviolabilidade da propriedade, que compreende todos os outros direitos individuais naturais, como à liberdade e à vida, e indica a existência de uma esfera do indivíduo singular autônoma com respeito à esfera sobre a qual se estende o poder público, torna-se um dos eixos da concepção liberal do Estado, que nesse contexto pode então ser redefinida como a mais consciente, coerente e historicamente relevante teoria do primado do privado sobre o público.

Outro trabalho que faz um maior esclarecimento nesse sentido é Jorge Filho em seu livro *Moral e História em John Locke.* Nesta obra o autor detalha o conceito, os fundamentos, a legitimação, o uso dos bens produzidos e os limites possíveis de uma propriedade. Aqui, o autor detalha o termo propriedade segundo o nosso filósofo:

> O termo 'propriedade' tem, em Locke, dois significados mais explícitos. O primeiro, mais amplo, é a ideia de direito em geral, ou a soma dos direitos à vida, à liberdade, e aos bens materiais. O segundo, mais estrito, se reduz ao direito aos bens materiais (1996, p. 77).

Anterior a qualquer direito está a dignidade da pessoa. O perfeito uso da liberdade implica a referência a uma lei natural, de caráter universal, que precede e unifica todos os direitos e deveres. A libertação das injustiças promove a liberdade e a dignidade humana.

Sobre a *liberdade natural* Locke diz que nada mais lhe intervém, senão a própria razão que lhe compete, a *razão natural*: "a liberdade natural do homem consiste em estar livre de qualquer poder superior na Terra, e não sob vontade ou a autoridade legislativa do homem, tendo somente a lei da natureza como regra" (*2T*, 1983, IV, 22). Segundo Yolton em seu *Dicionário Locke* (1996, p. 81), afirma que "para Locke a liberdade é sempre definida dentro de leis, na sociedade pré-civil pela lei da natureza". E os homens nunca deverão estar sujeitos a qualquer poder senão o estabelecido segundo um *consenso* do povo, o poder legislativo (ABBAGNANO, 2000, p. 179). John Dunn (2003, p. 82) afirma que na visão de Locke "o direito natural é decretado pela vontade de Deus e pode e deve ser apreendido pela luz da natureza, mediante o exercício da razão humana".

Locke salienta que são os direitos naturais que vão iluminar os homens a recorrer ao principio da unidade para tornar seguros os seus direitos, uma vez que determinados incidentes os ponham em perigo. E a preservação destes direitos se dá mediante a constituição de uma Comunidade Civil ou de um Governo. Pois a sociedade política tem por finalidade a preservação da vida, da liberdade e da propriedade que são qualquer posse de bens, inclusive os bens materiais necessários para a subsistência familiar e pessoal (*2T*, 1983, IX, 123). Em síntese, há de fato, direitos que são naturais, e, portanto, inatos. E a fonte ultima de tais direitos, que são universais e invioláveis, não se encontra nem no querer dos homens, nem no estado, nem no poder, mas estes se encontram, primeiramente em Deus, e, nos homens que são suas criaturas.

2.1.2. O Estado de Natureza: contraposição com Hobbes.

Os *Dois tratados* de John Locke pretendem abordar sua teoria política contrapondo a participação do povo na constituição do poder com a autoridade divina, concepção que reinou no período medieval e que era defendida por alguns teóricos de sua época. Ele pretendia mostrar que o poder não é divino, nem derivado da brutalidade, da barbárie, mas deriva de algo mais racional, semelhante a ou mesmo um *contrato*. E os passos utilizados pelo filósofo para apresentar tal refutação, isto é, de que o poder político não tem sua origem nestas condições, passou a trilhar alguns caminhos, recorrendo mesmo aos primórdios da história apresentados nas Sagradas Escrituras. Isso pode-se comprovar observando o Primeiro Capítulo do *Segundo tratado* quando faz menção ao Primeiro Livro dos *Dois tratados* (1983, I):

> 1. Tendo-se mostrado no discurso anterior: (1) que Adão não tinha, seja por direito natural de paternidade ou por doação positiva de Deus, autoridade de qualquer natureza sobre os seus filhos ou domínio sobre o mundo, conforme se pretende; (2) que, se os tivesse, nenhum direito a eles, contudo, teriam seus herdeiros; (3) que, se os herdeiros os tivessem como não existe qualquer lei da natureza ou lei positiva de Deus determinando qual o herdeiro verdadeiro em todos os casos que se possa apresentar, o direito de sucessão, e, em consequência, o de exercer o mando, não poderia ter sido determinado com toda exatidão; (4) que, mesmo no caso de ter este determinado, estando o conhecimento de qualquer que seja a linha mais antiga da posteridade de Adão há tanto tempo tão inteiramente perdido, não resta nas raças da humanidade e nas famílias do mundo a menor pretensão a qualquer uma em relação à outra no sentido de ser a casa mais antiga e de possuir o direito de herança.

Tendo em vista tais argumentos a problemática da origem do poder só tende agora a um caminho. Mas para estabelecer tal origem é preciso recorrer aos modos de vida dos homens anteriores a tal poder. Fala-se, então, do poder dado aos governantes, isto é, o poder político que é diferente do poder do soberano sobre seu servo. Primeiramente ele faz compreender o que é poder político, em duas passagens do *tratado* tentando dizer que o poder não pertence aos governantes, mas ao povo, evitando qualquer tipo de arbitrariedade por parte daqueles que governam:

> Considero, portanto, poder político o direito de fazer leis com pena de morte e, consequentemente, todas as penalidades menores para regular e preservar a propriedade, e de empregar a força da comunidade na execução de tais leis e na defesa da comunidade de dano exterior; e tudo isso tão-só em prol do bem público (*2T,* 1983, I, 3). O poder político é o que cada homem tendo no estado de natureza cedeu às mãos da sociedade e dessa maneira aos governantes, que ela instalou sobre si, com o encargo expresso ou tácito de que seja empregado para o bem e para a preservação da mesma (*2T,* 1983, XV, 171).

Interessa então saber de onde se origina tal poder. Para que seja anunciado este poder Locke menciona já no seu *Segundo tratado* um estado de natureza. Segundo ele o poder jamais será compreendido se não for levado em conta a situação em que viviam os homens neste período. Um teórico político que compartilhou nessa discussão foi o inglês Thomas Hobbes que por sua vez absorvia de outro pensador absolutista, Sir Robert Filmer a teoria de que os homens admitiam sua própria salvação pelo seu próprio esforço. Prezavam pelo egoísmo e, frequentemente eram brigões (DUNN, 2003, p. 64).

John Locke concebe o Estado de Natureza como um estado de liberdade, estado onde há pessoas de posse de bens reguladas pela reta razão, que é a razão natural. Daí, pois chamar-se Estado de Natureza: "Sendo este um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações

e regular-lhes as posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem" (*2T,* 1983, II, 4).

Essa plena liberdade tem seus limites, o que significa dizer que não se trata de uma licenciosidade, onde os homens vivem-na de forma desenfreada. Mas é uma liberdade capaz de tornar os homens responsáveis pelos seus atos. Não é a liberdade que afirmava o inglês Thomas Hobbes (1588-1679) onde os homens têm domínio sobre outro homem; nem mesmo um "estado violento produzido por paixão e animosidade, do qual somente a razão pode resgatá-lo" (DUNN, 2003, p. 65), mas neste estado os homens têm por guia a reta razão, a lei da natureza. Não é o medo da morte que torna os homens sociais, mas a natureza humana própria que se reconhece no dualismo característico, a saber, *social* e *antissocial*. A seguir confere-se a seguinte citação de John Dunn (2003, p. 65):

> Locke adota uma questão menos dramática do perigo prático que os homens representam uns para com os outros, e reconhece tanto características sociais como antissociais da natureza humana. Mas, de modo geral, não difere muito de Hobbes (ou mesmo de Filmer) em sua avaliação de como são os homens e de que comportamento se pode esperar deles.

No estado de natureza hobbesiano prevalece o individualismo e o homem vive numa "guerra que é de todos os homens contra todos os homens" (*Leviatã,* 1997, p. 109). Está muito próximo daquilo que Locke chamou de estado de guerra. A guerra dos homens contra todos os homens onde reina o caos. Em relação a isso diz Locke que há um estado de guerra que oscila à medida que a liberdade de alguém é posta em perigo. Locke pensou no que poderia ocorrer no estado quando o uso da liberdade ultrapassasse seus limites.

Um tema interessante neste sentido é a escravidão. Ora todo "aquele que tenta colocar a outrem sob poder absoluto põe-se em estado de guerra com ele" (*2T,* 1983, III, 17). Segundo Yolton em seu *Dicionário Locke* (1996, p. 91), afirma que para Locke "tal poder ou domínio absoluto sobre outra pessoa viola o direito à liberdade e faz desta escravo".

Este estado, historicamente real (BITTAR, 2008, p. 180), é onde *todos vivem em igualdade*, e *liberdade.* Mas esta se apresenta como a liberdade de *preservação* da vida de outrem. Há uma individualidade, sim, mas há também uma racionalidade que irá conduzir os homens a buscar meios que possam garantir os seus direitos naturais. Estes são na filosofia de Locke como vimos no tópico anterior, o direito à vida, à liberdade e à propriedade.

Pecoraro (2008, p. 268), afirma que "a rigor, a política de Locke nada de novo introduz em relação ao estado de natureza, mas apenas regulamentações que segundo ele, o individuo é capaz de efetivar espontaneamente, de forma autônoma". Para John Locke, os seres humanos viverem individualmente numa pré-condição social, no estado natural, os homens com a posse da razão natural são arrastados, mesmo vivendo de uma maneira individualizada, a pressupor já a formação de uma sociedade, vida em comum, algo benéfico para sua sobrevivência; algo que vai garantir os direitos naturais.

Então Locke vê que assim os homens viviam na individualidade, mas numa certa harmonia, pois a razão estava presente. E assim, passa a existir o Estado com uma relativa harmonia. Essa harmonia entre razão e necessidade humanas irá proporcionar ao homem mediante um pacto, seu bem-estar.

2.1.3. O Contrato social.

O marcante característico na filosofia política moderna é a ideia de contrato. Nessa época surgiu no ideário político a concepção de que os homens não são essencialmente políticos, o homem não é um ser político por natureza. Para que o homem seja um animal político é necessário estabelecer contratos. Isso representa uma dimensão da filosofia política moderna, como sendo a procura de legitimar o poder, trazendo presente as reflexões nas quais se orientaram pelos empenhos de procura e definição dos juízos críticos que determinam o formato de validar o desempenho do Estado (Hobbes, Locke e Rousseau). Locke vê que no estado de natureza em que viviam os homens era útil estabelecer uma sociedade civil, mas sem abrir mão de suas liberdades. Como vimos no tópico que trata da liberdade dos indivíduos, Locke dizia que embora o estado de natureza conferisse liberdade às pessoas, liberdade não significava licença. O que pretendia dizer que o homem deve usar de sua liberdade para obedecer à lei sem causar qualquer tipo de dano a outrem.

Segundo os comentários de Eduardo Bittar (2008), o contrato social, passa a existir como um aprimoramento da situação cômoda, na qual viviam indivíduos e, não como forma de ressalvar suas liberdades. Pois esta seria praticada no ato de instituir, seria manifestada na *constituição* da sociedade. Dessa liberdade, é que os homens optam por isto ou aquilo. Segundo Locke os homens abandonam o estado de natureza constituindo a sociedade civil para se pouparem do estado de guerra. Também nesse ponto, o inglês Thomas Hobbes

entendia que os seres humanos abrem mão de suas liberdades para formar o Estado, por que vivem em um estado caótico e competitivo (*Leviatã,* 1997, p. 92).

O contrato social para Locke é a garantia, o sustentáculo da conservação dos direitos naturais dos seres humanos. Hobbes pensando o contrário, via no contrato uma situação de fuga ou uma salvação dos homens (*Leviatã,* 1997, p. 141). Em Locke a sociedade civil não é representada pelo monarca absoluto que concentra tudo para si. Para uma situação de desinteresse por parte do governante ou monarca, seja quem for em relação aos interesses da sociedade como um todo a sociedade tem o direito de dissolver tal governo. Aqui Locke pressupõe um direito de revolucionar. Ora, se o governante governa em benefício próprio com *mãos de ferro* e esquece-se dos direitos naturais do homem, a sociedade civil tem o direito de tomá-lo e extraí-lo do poder. É preciso mudar a ordem das coisas. Não só em elação ao governo, mas a qualquer força externa que ponha em perigo a sociedade ou a pessoa mesma, diz Locke (*2T,* 1983, III, 17): "livrar-se de semelhante força é a única segurança de preservação".

Então para Locke há essa necessidade de formar um Governo Civil, um parlamento liberal que seja capaz de **proteger** a propriedade, que seja capaz de **garantir** a liberdade do homem que vive na sociedade de natureza. O grau de maior importância é o poder legislativo, que vai formar as leis e o poder executivo.

Locke defende a propriedade para o cultivo e a produção de subsistência. Defende a propriedade privada e não os grandes latifúndios, nem a especulação, exploração ou o acúmulo de capital. Defende a propriedade onde cada indivíduo possa colher os frutos para o seu benefício.

CAPITULO 3:
O CONCEITO DE GOVERNO CIVIL SEGUNDO JOHN LOCKE

3.1. A sociedade Civil.

No Capítulo VIII do *Segundo tratado* Locke vai apresentar as origens das Sociedades políticas. Como faz necessário recordar, o objetivo do presente trabalho, apesar de abordar a Teoria epistemológica, nada mais pretende senão apresentar o Conceito de Governo Civil na perspectiva do filósofo. A discussão parte do conceito de Sociedade Civil ou Política. O que é esta Sociedade política, para o filósofo em questão? Primeiro, a sociedade política se constitui a partir de um contrato. Contrato, já foi bastante comentado no capítulo anterior. A partir dessa sociedade política serão nomeadas pessoas que tenham competência para atuar como reparadores do Estado, que são os governantes. Para dizer o que é sociedade política, se fazem necessárias as próprias palavras do filósofo que diz:

> Quem quer, portanto, que saindo de um estado de natureza, entra para uma comunidade deve entender-se ter abandonado todo poder necessário aos fins para os quais se uniram em sociedade, à maioria da comunidade, a menos que concordem expressamente em um número maior do que a maioria. E isto se consegue concordando simplesmente em unir-se em uma sociedade política, no que consiste todo pacto que existe ou deve existir entre os indivíduos que entram em uma comunidade ou a constituem. Assim sendo, o que dá início e constitui realmente qualquer sociedade política nada mais é senão o *assentimento* de qualquer número de homens livres capazes de maioria para se unirem e incorporarem a tal sociedade. E isto e somente isto deu ou podia dar origem a qualquer governo legítimo no mundo (*2T,* 1983, VIII, 99).

Com relação a isso Locke se aproxima do pensamento de Thomas Hobbes, que argumenta que os indivíduos, vivendo livremente, isoladamente vão formar a sociedade civil ou o soberano a partir do *contrato social* ou consentimento:

> Isto é mais do que consentimento, ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens, de modo que é como se cada homem dissesse a cada um: *Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de que transferes a ele teu direito, autorizando de maneira*

> *semelhante todas as suas ações.* Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama *Estado*, em latim *civitas* (*Leviatã,* 1997, p. 144).

Fazendo este diálogo entre Locke e Hobbes recordamos a teoria de Norberto Bobbio que afirma que já na sociedade civil ou política se faz explícito o Estado mencionado por Locke, como forma de abolição da justiça individual realizada no estado natural, mas que tal pretensão jamais pode deixar de lado uma concepção individualista da unidade social:

> Por detrás desta concepção restritiva da sociedade civil com respeito ao estado plenamente explicitado, pode-se entrever uma alusão tanto à teoria lockeana do Estado – segundo a qual o Estado surge unicamente para impedir a justiça privada própria do estado de natureza (onde não há um julgamento imparcial por sobre as partes) e para proteger a propriedade entendida como um direito natural -, quanto à teoria do Estado eudemonista própria dos fautores do absolutismo iluminado, que também assume a tarefa de prover o bem-estar dos súditos, mas jamais se eleva acima de uma concepção individualista da unidade social (BOBBIO, 2001, p 33-44).

Aspecto importante neste pensamento são as experiências que o próprio Locke vivenciou enquanto escrevia suas obras sobre política. Muitos estados naquele momento se constituíram por meio de intensas conquistas. A autoridade política em tais Estados, consequentemente, de forma alguma se fundamentava na concentração de poderes de seus vassalos para realizar a lei da natureza. Como diz John Dunn (2003, p. 68), "para Locke, tais Estados não possuíam autoridade política legítima. Eram estruturas de força, não de direito; tampouco sociedades civis".

No capítulo IX, *Dos fins da sociedade Política e do governo,* Locke vai resumir este conteúdo, desde o estado natural do homem ao governo, dizendo que os homens abrindo mão de sua liberdade são elevados a associarem-se em busca de um poder que não seja o próprio de julgar individual, abrigando-se nas leis e no governo; a comunidade estabelece regras por meio de poderes, a saber, o de elaborar leis, legislativo, o de executá-las, executivo e os poderes instituídos aos governos e às sociedades. Assim se dá a passagem do estado natural ao estado civil ou governo.

No capítulo X são apresentadas as diversas formas e tipos de comunidades e governos segundo Locke. Uma forma primeira é por ele chamada de perfeita ***democracia***, onde o sujeito da autoridade política é o próprio povo, é ele próprio considerado como possuidor da soberania, aquela forma na qual "todo o poder da comunidade naturalmente em si, pode empregá-lo para fazer leis destinadas à comunidade de tempos em tempos, que se executam por meio de funcionários que ela própria nomeia" (*2T,* 1983, X, 132). Uma segunda

forma é a da ***oligarquia***, aquela de pais e de filhos, segundo a qual está "o poder de fazer leis nas mãos de alguns homens escolhidos, seus herdeiros e sucessores" (*2T*, 1983, X, 132). Outra forma de governo é a da ***monarquia***, aquela onde o legislador é um único indivíduo; esta se divide em duas formas: a *monarquia hereditária*, que vai passando de pai para filhos; e a *monarquia eletiva* que pertence ao magistrado "somente durante a vida, mas pela morte dele sendo a ela devolvido o poder de indicar o sucessor" (*2T*, 1983, X, 132).

Entre estas formas de governo está o legislativo, o poder supremo de elaborar leis. No sistema democrático este poder é considerado o primeiro ato constitutivo de uma sociedade civil. Dado que este poder seja instituído, cabe à maioria conceder a quem lhe aprouver, sendo que a lei natural que o rege é a "preservação da sociedade e, até o ponto em que seja compatível com o bem público, de qualquer pessoa que faça parte dela" (*2T*, 1983, XI, 134). Afirma Bobbio que esta sociedade civil, com seus poderes, significa já uma forma de Estado capaz de cessar os conflitos e, visando uma maior proteção ao bem estar dos cidadãos:

> Por isso a sociedade civil não é apenas uma forma inferior de Estado no conjunto do sistema, mas também representa o conceito de Estado ao qual ficaram atados os escritores políticos e os juristas do direito público precedente, que se poderia chamar de privatista no sentido de que a sua principal preocupação é de definir os conflitos de interesse que surgem nas relações entre privados através da administração da justiça, e, sucessivamente, a de garantir o bem-estar dos cidadãos defendendo-os dos danos que podem provir da atitude de dar livre curso ao particularismo egoísta dos singulares (2001, p. 33-44)

Segundo Eduardo Bittar a Sociedade civil é um estado em que os homens deixam o estado natural para criar condições auxiliadas pelas autoridades (2008). Ela deve ser a unidade orgânica e organizadora de um verdadeiro povo. Os que dela pertencem, embora vivam organicamente unidos entre si, conservam, então, sua autonomia individual. Respeitando, obviamente os direitos e deveres que são exigidos no estado através dos poderes nele constituídos.

Para Locke os poderes no estado, a saber, o executivo e o federativo, devam ficar subordinados ao poder supremo, que é o legislativo. Este por sua vez está subordinado ao povo. Pois, "cabe ainda ao povo um poder supremo para afastar ou alterar o legislativo quando é levado a verificar que age contrariamente ao encargo que lhe confiaram" (*2T*, 1983, XIII, 149). O que Locke quer deixar claro é que não cabe ao legislador fazer o que lhe convém, mas aquilo que venha a agradar a população. Reagindo a tal desleixe ou abandono

dos objetivos do legislativo, o poder sempre será da comunidade. Nesse sentido "a comunidade é sempre o poder supremo" (*2T* 1983, XIII, 149), enquanto não houver governo.

3.2. O Conceito de Governo Civil.

Nada mais significativo para iniciar uma conceituação do Governo Civil do filósofo senão a importância da família para a sociedade política. No Capítulo VII *Da Sociedade Política ou civil* da presente obra, John Locke entende que é a sociedade conjugal a forma de sociedade primitiva que o homem forma, ou seja, uma união voluntária do homem e da mulher para o fim da procriação. Deverá esta relação ser duradoura para que eles possam sustentar seus filhos até o momento deles poderem mover-se e prover-se por si mesmos, pois a procriação não é um fim em si mesmo, serve para perpetuar a espécie humana, implicando no cuidado com a prole. Embora a união conjugal e a família seja uma forma de sociedade, ela está longe de ser uma sociedade política ou civil (*2T,* 1983, VII, 77).

O instinto da coletividade, segundo Locke é inerente à natureza humana, o homem desde tempos imemoriais vive em sociedade, para em conjunto, criar os instrumentos capazes de suprir as necessidades de perpetuação da sua espécie. Aliado a este instinto, a racionalidade natural do homem diante dos problemas existentes no estado de natureza, concluiu que a criação de um governo civil é a medida mais lógica e emergente no ideal da relação destas premissas.

O homem cria a sociedade política ou o governo civil através do pacto social. Entra num consenso e delega poderes para um terceiro, para que ele possa instituído de uma coação legítima, garantir a sua segurança e as suas propriedades. Esse tipo de ação da comunidade é chamado de autoridade política. Essa autoridade é, portanto, necessária tendo em vista a vida ordenada e reta da comunidade sem tomar o lugar da livre atividade dos indivíduos, para a realização dos bens comuns. Então, o homem substitui a sua liberdade "irrestrita" e seu poder de empregar a própria força para defender-se a este novo poder, ou seja, para o Estado, que poderá dar solução adequada, justa e imparcial para decidir as eventuais diferenças que o convívio em sociedade venha produzir.[1]

A instituição do governo civil é então um remédio que o homem encontrou para solucionar os problemas do estado de natureza. Os indivíduos realizam um pacto social

---

[1] - *"O primeiro fim de uma comunidade política é o de determinar como a força da comunidade deve ser empregue para se conservar a si mesma e aos seus membros"* (ABBAGNANO, 2000, p. 179).

consentindo em delegar poderes a um ente que possa ter subsídios legais, legítimos para usar da força coativa com a finalidade de preservar a sua integridade, seus direitos naturais e especialmente a propriedade sobre seus bens.

> Sendo os homens, conforme acima dissemos, por natureza, todos livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder político de outrem sem dar consentimento. A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela. Qualquer número de homens pode fazê-lo, porque não prejudica a liberdade dos demais; ficam como estavam na liberdade do estado de natureza. Quando qualquer número de homens consentiu desse modo em constituir uma comunidade ou governo, ficam, de fato, a ela incorporados e formam um corpo político no qual a maioria tem o direito de agir e resolver por todos (*2T* 1983, VIII, 95).

É importante recordar que John Locke atribui à formação de um governo civil, e à submissão dos homens a ele, um motivo principal que é a "preservação da propriedade" (*2T,* 1983 IX, 124). Propriedade não é um termo estrito, mas "a mutua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de 'propriedade" (*2T,* 1983, IX, 123). Confiando na força do governo civil, o homem tem agora a superação de uma série de fatores que carece o estado de natureza. Locke diz que nesse estado de natureza, "primeiro, falta uma lei estabelecida, firmada, conhecida, recebida e aceita mediante consentimento comum, como padrão do justo e injusto e medida comum para resolver quaisquer controvérsias entre os homens" (*2T,* 1983, IX, 124).

Apesar das leis naturais serem compreendidas por todos os seres racionais, os homens por serem influenciados pelas suas ambições não conseguem reconhecê-las de forma correta, assim, o governo civil ao obrigá-las por meio da lei formal, proporcione certo equilíbrio em relação às expectativas da aplicação do direito, ou seja, a lei estabelecida dirá ao homem qual será a reprovação ou que tipo de sanção ele sofrerá para seus atos criminosos, as pessoas saberão antecipadamente, antes de cometer um delito qual será o seu castigo, ao contrário do que ocorre no estado de natureza, onde um indivíduo movido pelas suas paixões poderia repelir uma ofensa contra sua pessoa de forma imparcial, aplicando um castigo desproporcional à ofensa sofrida. Segundo Pecoraro (2008, p. 269) "o temor de Locke é evidente: a lei é o limite Máximo de ação da autoridade, pois, além dela, só resta a *tirania*, o que ele tanto abomina".

O governo civil também oferece um juiz conhecido e imparcial, uma pessoa que conhece a norma positivada, e que por ser terceiro, poderá julgar sem estar influenciado pelo calor da relação litigiosa, aplicando a regra com justiça e equidade. O fato das pessoas saberem quem é o juiz e ele estar investido de autoridade pelo próprio pacto social traz uma segurança e um alento para ambas as partes de uma demanda, pois estarão cientes que o juiz não privilegiará ninguém a não ser pela imposição da lei.

> Em segundo lugar, no estado de natureza falta um juiz conhecido e indiferente com autoridade para resolver quaisquer dissensões, de acordo com a lei estabelecida; porque, sendo cada homem, nesse estado, juiz e executor da lei de natureza, sendo os homens parciais para consigo, a paixão e a vingança podem levá-los a exceder-se nos casos que os interessam, enquanto a negligência e a indiferença os tornam por demais descuidados nos casos de terceiros (*2T,* 1983, IX, 125).

Outra vantagem do governo civil que John Locke aponta, é que as decisões acerca das diferenças entre os indivíduos têm legitimidade e apoio de um poder delegado pelas próprias pessoas, antes, no estado de natureza, o homem poderia fazer justiça com a força das próprias mãos, mas quem lhe daria as garantias de que ele fazendo isto não poderia sofrer as sanções de outras pessoas? E, se quem é ofendido não possuir forças superiores daquele que ofende, ele não terá direito de aplicar o castigo? Qual o apoio que o homem teria para legitimar suas decisões? No estado de natureza, nenhum.

Mas quando o homem firmou o pacto social, deu forças legítimas ao governo de apoiar e garantir as sanções aplicadas, mas agora quem aplica os castigos não é mais o ofendido, e sim o próprio governo, pois trazendo para si esta responsabilidade, evita-se também o espírito de vingança que nasce mesmo naquele que comete o crime e é punido.

> Em terceiro lugar, no estado de natureza falta muitas vezes poder que apoie e sustente a sentença quando justa, dando-lhe a devida execução. Os que ofendem por qualquer injustiça raramente deixaram de, pela força, sempre que forem capazes, sustentar a injustiça; essa resistência torna frequentemente o castigo perigoso e destrutivo para os que o tentam (*2T,* 1983, IX, 126).

O governo civil institucionalizado, nestas configurações, age em prol da lei e da justiça, pois particularmente o homem se movimenta segundo seus negócios e interesses, e jamais seria inteiramente imparcial e indiferente. John Dunn (2003, p. 71) a isso observa que "se exercida com responsabilidade e boa vontade, a autoridade política deve esperar, na pratica, receber a confiança de que for merecedora". Ainda afirma Bobbio (2001, p. 64) que "para Locke, o fim do governo civil é a garantia da propriedade que é um direito individual,

cuja formação precede ao nascimento do Estado". O povo não é uma multidão sem movimento, apática, nem mesmo como numa expressão latina *amorfa.* Nem é uma massa manipulada e usada como instrumento, mas um conjunto de pessoas, das quais, cada uma em seu devido lugar e modos são capazes de formar suas próprias opiniões no que diz respeito aos seus direitos e às coisas públicas. A vontade do povo será a base da autoridade do governo. Conseguinte, John Locke faz uma curiosa observação, que apesar do pacto social criar uma força superior, não implica que aquele está subordinado a este, ou seja, se a sociedade organizada não trouxer as garantias que o homem pagou com a sua liberdade que tinha no estado de natureza; se ela não resolver os problemas que existem neste estado, os homens também têm o direito de revolução, destituindo qualquer governante que aproveite das forças legítimas do governo em prol de interesses que desvie daqueles recomendados pelo contrato social, que são: garantir a propriedade e a segurança da pessoa.

> Onde não existe mais a subministração da justiça, com o objetivo de assegurar os direitos dos homens, nem reste qualquer poder dentro da comunidade para dirigir a força que deve prover às necessidades do público, não existirá mais governo. Onde não se podem executar as leis, é o mesmo que se não houvesse leis; e um governo sem leis é, suponho eu, mistério em política, inconcebível para a capacidade humana e incompatível com a sociedade humana (*2T,* 1983, XIX, 219).

Em suma, qualquer que seja o governo ou a sua forma, ele deverá garantir acima de tudo, a conservação da propriedade privada, pois para John Locke esta é a única premissa legítima para dar condição à sua existência.

CONCLUSÃO

O Governo Civil tem por característica a assistência básica dos indivíduos existentes da sociedade. Nada mais fundamental no governo do que dizer que este tem por objetivo geral a manutenção da sociedade civil. O presente trabalho objetivou esclarecer o conceito de governo civil a partir da concepção do filósofo inglês John Locke. Embora tendo abordado pouca coisa sobre a teoria do conhecimento do autor, o esforço foi o de não perder de vista esta concepção. Rápida passagem pela filosofia do conhecimento aqui, serviu como base fundante para uma filosofia política, observando-se que na maior parte dos comentadores esta não se dá por esquecida.

O questionamento feito para que se fizesse surgir tal conteúdo como uma filosofia política foi mediante a importância destacada de que o governo não pode existir, como se foi compreendido por muito tempo, a partir de convicções religiosas de que sua preeminência foi dada por Deus e que esta nunca fora abalada e passada de geração em geração, até os tempos atuais. Tal concepção deixava patente que não havia governo legitimado pelo povo, mas que o governo derivava tão somente da vontade de Deus. Então, nada mais importante do que afirmar que nenhum governo provém diretamente da vontade de Deus, mas é constituído a partir da vontade própria de cada sujeito que se acha em situação favorável para dominar ou usurpar qualquer propriedade ou mesmo tornar seu o que é de outrem. Ou seja, de qualquer sujeito que se encontre em um estado pleno de liberdade.

É neste contexto que Locke vai afirmar que a primeira hipótese é falsa; na segunda hipótese, ou seja, de um governo violento, guerreador não seja o melhor para o povo. O governo para Locke é aquele que segundo o desejo do povo, em plena consciência, lhe é confiado o poder de comandar suas liberdades dentro de um estado. Cidadãos neste estado não devem ser apáticos, frios, mas autênticos em suas decisões.

Para Locke o Governo Civil deve estar em plena conexão com a Sociedade Civil. E todo cidadão autêntico que participa ativamente dela, deve ter vida digna de ser vivida. É participando da vida da sociedade que os indivíduos aprendem e reconhecem seus direitos, deveres para com ela. A vida em sociedade incentiva a cultivar os valores que deverão ser transmitidos de geração a geração.

O estado promove os cidadãos e cada indivíduo neste estado constitui um ser capaz de contrato, que abre mão de sua liberdade para pô-la nas mãos de um único indivíduo. A este cabe o poder de elaborar leis segundo as exigências da sociedade civil. Em uma só palavra, o governo deve promover a liberdade de seus indivíduos.

Nessa perspectiva nenhum governo investido de autoridade pretende se ligar a poderes absolutos ou a dominações. O governo não é um soberano com poder em suas mãos, fazendo somente o que é útil a seu deleite, mas deve atuar ladeado de um parlamento formado pelos poderes políticos como o legislativo, o executivo e o federativo. Dentre estes, o legislativo é o poder supremo que elabora as leis segundo as necessidades dos membros da sociedade civil.

A sociedade civil é quem vai exigir dos governantes, mediante um contrato, tudo o que foi estabelecido dentro das leis; ela exige que o governo nada mais seja do que seu servidor. O governo, como um servo, não possui poderes absolutos para elaborar leis conforme seus interesses, tornando os membros da sociedade seus súditos, seus escravos. Qualquer poder que esteja acima dos indivíduos pode ser denominado seja como tirania, monarquia ou qualquer espécie de governo desse tipo. Num estado onde o governo é popular são dispensáveis violência e convencimentos. A vontade do povo será a base da autoridade do governo. Assim a nenhum governo que não seja capaz de prover aos súditos de uma sociedade o direito e o poder de elaborar suas leis, pode ser chamado democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. **História da filosofia**. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

ARISTOTELES. **Metafísica:** livros 1 e 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os pensadores).

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de filosofia política**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Curso de filosofia do direito**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOBBIO, Noberto. **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHÂTELET, François. **História da filosofia**: de Galileu a J. J. Rousseau. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. Col. II

DUNN, John. **Locke**. São Paulo: Loyola, 2003. (Mestres do Pensar).

HELFERICH, Christoph, **História da filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HOBBES, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil.** São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os pensadores).

JORGE FILHO, Edgard José. **Moral e história em John Locke**. São Paulo: Loyola, 1992. Filosofia, vol. 20

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural , 1983. (Os Pensadores).

_____. **Ensaio acerca do entendimento humano.** 3. ed. São Paulo: Abril Cultural , 1983. (Os Pensadores).

SANTOS, Antonio Carlos dos. Locke. IN: _____. PECORARO, Rossano (Org.). **Os clássicos da filosofia**: de Sócrates a Rousseau. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008. Vol. I. p. 262-286

YOLTON, John W. **Dicionário Locke**. Rio de janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. Dicionário de filosofia